



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345- CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

Nº 075/15/IPSR

PROCESSO: Nº 067/2011
INTERESSADO: Ministério Público do Estado de São Paulo – Promotoria de Justiça de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
ASSUNTO: Questionamentos referentes ao licenciamento ambiental prévio das Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba
MUNICÍPIO: Araçatuba
DATA: 19.08.2015

1 INTRODUÇÃO

O presente documento trata da manifestação deste Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR para atendimento ao Ofício nº 245/2015 – PJ HUMA e ao Ofício nº 246/2015 – PJ HUMA, ambos relativos ao IC nº 14.0194.0005377/2012-5-SIS-AMB e emitidos em 06.08.2015 pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

Essa Informação Técnica foi fundamentada nas informações constantes do Processo nº 067/2011, relativo ao licenciamento ambiental prévio do empreendimento.

2 INFORMAÇÃO

Para atendimento dos referidos Ofícios serão fornecidas as considerações e esclarecimentos pertinentes conforme a seguir:

- Ofício nº 245/2015 – PJ HUMA: por meio do qual foram solicitados esclarecimentos quanto a proposta de recebimento de resíduos do empreendimento, bem, como cópia da correspondência s/n emitida pelo CGR Guataparã, protocolizado em 16.12.2013.

Como já informado no PT 036/15/IPSR, inicialmente foi proposto pelo proponente que o empreendimento seria de caráter regional. Entretanto, em atendimento à Lei Municipal nº 7525 de 12.04.2013, publicada após a protocolização do EIA, a qual dispõe sobre a proibição de recebimento de resíduos e de rejeitos de qualquer natureza, provenientes de outros municípios no município de Araçatuba, foi emitido o Ofício nº 037/2013/IP, elaborado em 17.05.13, informando sobre a referida Lei e questionando o empreendedor acerca do interesse em dar continuidade ao licenciamento ambiental em questão frente as novas limitações.

Em 21.06.2013 foi emitida pelo empreendedor a correspondência s/n por meio da qual informa o interesse na continuidade do licenciamento ambiental do empreendimento em referência. A cópia de tal correspondência consta anexa a presente IT.

Ainda, segue em arquivo digital anexo, cópia do documento protocolizado pelo CGR Guataparã em 16.12.2013, como solicitado.

- Ofício nº 246/2015 – PJ HUMA: por meio do qual foi solicitado mapeamento da rede hidrográfica em escala 1:5.000 ou maior, como solicitado no Termo de Referência emitido por essa companhia.

Quanto ao mapa solicitado, informa-se que o Termo de Referência elaborado em 2011 seguia orientações da época, as quais se mostraram inadequadas para a representação das Áreas de Influências Diretas - AID dos empreendimentos, uma vez que inexistia cartografia oficial na escala 1:5.000, razão pela qual na elaboração do MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA O LICENCIAMENTO COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL (CETESB, 2014) esta solicitação foi suprimida. No entanto, cabe esclarecer que as informações constantes do EIA/RIMA e de suas complementações foram consideradas suficientes para o entendimento da rede hidrográfica local e de seu entorno, conforme consta da carta oficial do IBGE anexada ao processo. Além disso, foram anexadas outras cartas ao estudo, como por exemplo, o Mapa Potenciométrico da área e de seu

1



INFORMAÇÃO TÉCNICA

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345- CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc. Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic. nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

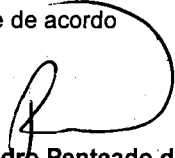
Nº 075/15/IPSR

entorno em escala maior que o solicitado, 1:3.000. Portanto considerou-se que as informações apensadas ao processo permitiam amplo conhecimento da rede hidrográfica como das características da superfície potenciométrica local, a qual possibilita identificar os potenciais pontos de surgências.

Além disso, foram realizadas 2 vistorias técnicas na área, inclusive nas regiões das nascentes, cujas coordenadas foram obtidas através de GPS (Global Positioning System), sendo tais vistorias determinantes para a compreensão da hidrologia local.


Eng. Valéria Soares
Reg. 7027 - CREA: 5061095674

Ciente e de acordo


Eng. Pedro Penteado de Castro
Gerente do Setor de Avaliação de Sistemas
de Tratamento de Resíduos - IPSR
Reg. 2095-5 CREA: 060074187



COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos

037/2013/IP

São Paulo, 17 de maio de 2013.

Ref.: Processo nº 067/2011
CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda.
Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba
Município de Araçatuba

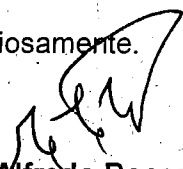
Prezado Senhor,

Recebemos o Ofício GV. T. 04 – 058/2013 da Câmara Municipal de Araçatuba com cópia da Lei nº 7.525 de 12.04.2013 que dispõe sobre a proibição de recebimento de resíduos e de rejeitos de qualquer natureza, proveniente de outros municípios, no aterro sanitário de Araçatuba ou em qualquer outro equipamento ou empreendimento público, privado ou público-privado no Município de Araçatuba. O Art. 1º dessa Lei estabelece que fica proibido o recebimento de resíduos e de rejeitos de qualquer natureza, proveniente de outros municípios, no aterro sanitário de Araçatuba ou em qualquer outro equipamento público, privado ou público-privado no Município de Araçatuba, salvo se, depois das necessárias audiências públicas, Lei Complementar autorizar o contrário (cópia anexa).

Considerando que no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA apresentado para o licenciamento ambiental prévio do empreendimento em referência, consta que está previsto o recebimento de resíduos provenientes de outros municípios no CGR Araçatuba e o disposto na Lei nº 7.525, solicitamos manifestação de V. S.^a se há interesse em dar continuidade ao licenciamento ambiental em questão.

Em atenção ao Ofício s/nº de 23.04.2013, por meio do qual foi solicitada prorrogação de prazo para o atendimento da Informação Técnica nº 009/13/IPSR de 25.02.2013, informamos que fica concedido o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste.

Atenciosamente.


Engº Alfredo Rocca
Gerente

Ilustríssimo Senhor
MAURO PICINATO
CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda.
Rodovia Cunha Bueno – SP 253, km 183 – Zona Rural
CEP 14115-000 - Guataparã - SP

c.c.: IP / IPSR / Proc. Nº 67/2011



São Paulo, 21 de junho de 2013.

PROCESSO - CETESB

067/2011

002826

A

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB

A/C: Ilmo. Sr. Alfredo Rocca

MD. Gerente do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e Processos

Processo CETESB nº 067/2011

Ref. Obras de Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos - CGR Araçatuba, de responsabilidade da empresa CGR Guataparã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda., no município de Araçatuba.

Prezado Senhor,

Em resposta ao questionamento efetuado por meio do Ofício 037/2013/IP, datado de 17 de maio de 2013, o CGR GUATAPARÃ – CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, informar o interesse na continuidade ao licenciamento ambiental do empreendimento em referência.

Por fim, certos que seremos atendidos com a costumeira atenção que sempre nos foi dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos votos de estima e consideração, bem como, colocamo-nos inteiramente à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

CGR GUATAPARÃ – CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA.

